

Novas abordagens sobre “o internacional”: teorias, objetos e metodologias

New approaches to “the international”:
theories, objects and methodologies

Camila Maria Risso Sales¹
Leandro Garcez Targa²

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos; Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá, Brasil.

E-mail: camilarisso@yahoo.com.br  <http://lattes.cnpq.br/9339624719885653>  <https://orcid.org/0000-0003-1054-9753>

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: leandro.g.targa@gmail.com  <http://lattes.cnpq.br/6820035631009823>  <https://orcid.org/0000-0002-9938-2779>

RESUMO: Este artigo está orientado pelo princípio de que as metodologias de pesquisa que analisam as relações sociais locais podem ser as mesmas que as pensam em âmbito global. Este princípio epistemológico ajuda a compreender e questionar os limites da produção de conhecimento tradicional das Relações Internacionais. As conexões e diferenciações entre o nacional e o internacional são fruto de processos complexos, construídos historicamente, a partir de elementos internos e externos aos Estados. Nestes processos, orientados pela sociologia relacional de Pierre Bourdieu e o construtivismo de Alexander Wendt, partimos da premissa de que o mundo social é relacional e formado por lutas e disputas, em que as relações estabelecidas pelos países dependem do contexto social, político e cultural. Tendo em vista a relevância desses processos, visamos pensar o fenômeno internacional a partir de perspectivas não tradicionais, que superem os limites das abordagens já consagradas das Relações Internacionais e que proponham agendas de pesquisa. Estas perspectivas passam necessariamente por repensar a noção de Estado que a tradição das Relações Internacionais consagrou e pouco se propõem a debater. Assim, visamos levantar possibilidades a respeito de objetos, metodologias e aportes teóricos inovadores propondo novas explicações sobre as relações sociais e políticas em âmbitos internacionalizados.

Palavras-chave: Relações Internacionalizadas. Novas Abordagens. Estado. Agenda de Pesquisa. Sociologia de Pierre Bourdieu. Construtivismo de Alexander Wendt.

ABSTRACT: This paper is guided by the principle that the research methodologies that analyze the social relations locally may be the same as the ones that think them globally. This epistemological principle helps us to understand and to elaborate questions to the limits of the traditional knowledge production in the International Relations field and how the existing theoretical contributions are typically applied. The connections and differentiations between the national and the international are the result of a complex process, historically constructed, from internal and external elements. In these processes, oriented by Pierre Bourdieu's relational sociology and Alexander Wendt's constructivism and starting from the premise that the social world is relational and formed by struggles and disputes, the relationships established by countries depend on the social, political and cultural context. Given the importance of these processes, we aim to think international phenomenon from non-traditional perspectives, exceeding the limits of the approaches already established the International Relation field and proposing research agendas. These perspectives necessarily require rethinking the notion of state that the tradition of international relations has established and have little purpose to debate. Thus, we aim to raise possibilities regarding objects, methodologies and innovative theoretical contributions by proposing new explanations about social and political relations in internationalized areas.

Key-words: Internationalized Relations. New Approaches. State. Research Agenda. Pierre Bourdieu's relational sociology. Alexander Wendt's constructivism.

1 INTRODUÇÃO

As relações sociais e políticas que se dão no ambiente internacional têm sido objeto de estudos no campo das Relações Internacionais, área de produção de conhecimento acadêmico que vem crescendo de maneira rápida e se fortalecendo nas últimas décadas, reivindicando o monopólio de explicação sobre “o internacional”. As Relações Internacionais privilegiam análises sobre as interações entre os Estados, os entes mais tradicionais do sistema internacional, apesar de não se limitar exclusivamente a eles. Ao mesmo tempo, as correntes de pensamento mais tradicionais dessa disciplina aplicam ao Estado a noção de “unidades nacionais”. Assim, esse artigo parte do pressuposto que existem relações sociais e políticas que têm como palco ambientes internacionalizados e que para analisá-las é preciso ultrapassar os limites das abordagens mais consagradas da área das Relações Internacionais, principalmente os limites relacionados à noção de Estado dessas abordagens. Por isso, pretendemos refletir sobre trabalhos que, seja quanto ao objeto, à metodologia ou ao aporte teórico, proponham análises diferentes daquelas que comumente se apresentam como investigações sobre “o internacional”.

Entendemos que o fenômeno internacional é complexo e multifacetado, composto por elementos constitutivos endógenos, aqueles criados e projetados interna e internacionalmente pelo próprio Estado e também por elementos exógenos advindos do processo de socialização do Estado com outros atores internos ou que compõem o sistema internacional. É o que se chama, na abordagem construtivista das relações internacionais, de processo de co-constituição, em que o perfil de um Estado depende do contexto social, político e cultural em que está inserido e depende, portanto, para além dos recursos materiais, dos significados constituídos coletivamente. Nesse sentido, os atores internacionais são moldados

pelo meio em que atuam. Logo, a imagem de um país e seu papel nas relações internacionais são constituídos também através da forma como este é interpretado pelos demais atores do sistema sejam eles estatais ou não-estatais (WENDT, 1999).

Ao mesmo tempo, quando aplicamos ao Estado a noção de “metacampo” (BOURDIEU, 2011), entendemos que não podemos compreendê-lo como “unidade nacional”, ou seja, o Estado não pode ser entendido como um indivíduo racional no sistema internacional. Antes de tudo, o Estado é um metacampo que, por definição, está em constantes disputas entre agentes que compõem diversos outros campos e espaços sociais. Estas disputas pelo monopólio de condução do Estado não estão limitadas ao espaço interno de suas fronteiras, portanto elas são definidas (e ao mesmo tempo definem) as relações sociais internacionalizadas entre agentes em disputa.

Nesse sentido, tanto a abordagem construtivista das relações internacionais quanto a teoria bourdieusiana, suas formas de compreender o fenômeno internacional, dão pistas, ainda que insuficientes, de como poderíamos ampliar as abordagens, metodologias, epistemologias e objetos entendidos como internacionalizados.

Com o objetivo de trazer reflexões como estas ao debate, esse artigo está dividido em duas partes além desta introdução e das considerações finais. A primeira delas propõe uma ponderação sobre o conceito de Estado a partir de concepções que questionam o *mainstream* das Relações Internacionais. Na segunda seção apontamos possibilidades acerca de agendas de pesquisa alternativas, pensando diferentes aportes teóricos, epistemologias, metodologias e objetos que optamos por chamar de “internacionalizados”.

2 REPENSANDO O CONCEITO DE ESTADO

Tradicionalmente os estudos a respeito das Relações Internacionais entendem o Estado como ator fundamental das relações a serem estudadas, pensando a estrutura internacional a partir da distribuição de capacidades materiais entre unidades estatais, sem autoridade superior que as regule, caracterizando o ambiente internacional como de anarquia (FIGUEIRA, 2000; WALTZ, 2000; 2002; 2004).

Ainda, na Ciência Política podemos pensar o conceito de Estado a partir de pelo menos duas grandes tendências teóricas. A primeira entende o Estado como uma associação. Esta pode ser formada através de um acordo entre indivíduos livres e iguais, como entendem os autores contratualistas, ou ainda como uma associação a partir de um grupo que se impõe sobre outros, como podemos buscar nas formulações de Max Weber. Este autor define Estado pelos meios através dos quais este exerce a dominação. Desta forma, para Weber, Estado é um tipo particular de organização política governante caracterizada pela territorialidade e pela existência de um órgão administrativo que monopoliza o uso legítimo da força (WEBER, 1997; 2004; 2009).

Nesse sentido, tanto a filosofia contratualista como a tradição weberiana entendem o Estado como uma associação política. Sendo assim, esta é a forma como a sociedade existe na modernidade e, portanto, Estado e sociedade, sob esta perspectiva, acabam sendo fenômenos coincidentes.

Por outro lado, podemos entender o conceito de Estado como uma esfera ou dimensão social. Esta forma de elaborar o conceito de Estado remete à tradição hegeliana e, portanto, é a partir disso, que faz sentido pensar a dualidade da relação Estado-sociedade (ISUANI, 1984).

Nas Relações Internacionais a própria corrente teórica do construtivismo começa a

questionar a maneira como os teóricos do realismo compreendiam a noção de Estado procurando propor uma definição mais ampla desta, conjugando, para isso, elementos marxistas, weberianos e pluralistas. Conclui que o Estado seria então um ator organizacional embutido de uma ordem institucional-legal constituída por soberania e pelo monopólio do uso legítimo da violência organizada sobre uma sociedade e um território. Entretanto, alia a essa definição a ideia que os Estados são entidades às quais se podem atribuir identidades e interesses. Entendendo assim que as ideias compartilhadas são tão relevantes na formação dessas identidades e interesses quanto as forças materiais.

Diferentemente dos neorealistas que veem a estrutura do sistema internacional como a distribuição de capacidades materiais, o construtivismo começa a pensar que as ideias, os papéis e imagens devem ser também valorizados, o mesmo acontecendo com os atores não-estatais. O caráter da vida internacional é determinado por crenças e expectativas e a estrutura internacional é entendida como uma estrutura de conhecimento compartilhado. Esta afeta não apenas o comportamento dos Estados, mas também sua identidade e seus interesses, num processo de construção de si e do outro.

Acredita-se, igualmente, que é importante, não deixando de lado as contribuições mais tradicionais das Relações Internacionais, a proposição de novas abordagens para a compreensão de fenômenos tão complexos, uma vez que complexificamos a própria definição de Estado. Assim, da mesma forma que existem objetos de estudo não tradicionais existem também metodologias e abordagens teóricas que propõem perspectivas novas para o que denominamos comumente de análise das Relações Internacionais, ou seja, diferentes explicações para o “internacional”. Nesse sentido, a sociologia relacional bourdieusiana tem dado também contribuições relevantes para a

superação dos limites das abordagens mais tradicionais dessa disciplina.

Entendemos que a contribuição da teoria de Pierre Bourdieu para a produção de conhecimento sobre as relações sociais internacionalizadas passa, da mesma forma, por repensar a noção de Estado. Para propor sua definição, o autor reconstrói a gênese dos Estados, entendendo que desta forma pode trazer à tona os processos que determinam os rumos ou a ação contemporânea destes. Para isso, Bourdieu retoma Charles Tilly, Max Weber e Norbert Elias pensando a gênese dos Estados pela via do domínio da violência física, em um primeiro momento, e do capital econômico, pela cobrança de impostos para financiar a guerra, em um segundo. Esse processo transformou o capital econômico em capital simbólico do príncipe. Paulatinamente, os impostos deixaram de ser atos de extorsão para se tornarem necessários para coletividade. Esta foi a transformação do Estado dinástico em “impessoal”, que corresponde ao surgimento do nacionalismo ou do valor unitário de território nacional.

O domínio dos capitais econômico e da força física transformam-se em domínio do capital de informação, uma dimensão do capital cultural. O Estado concentra, analisa e redistribui as informações contribuindo para a unificação do mercado cultural ao uniformizar os códigos (linguísticos, jurídicos, métricos) e homogeneizar as formas de comunicação burocrática e oficial, moldando as estruturas mentais e impondo princípios de divisão comuns aos agentes que estão sob a influência de ação de determinado Estado. Isso levou a difusão das classificações do Estado como unidades nacionais.

Com isso, Bourdieu define que “O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 2011, p. 97 grifo

do autor). O autor recorre a definição clássica de Max Weber para introduzir o elemento simbólico na noção de Estado com o intuito de chamar a atenção para o fato de que a especificidade do Estado está para além da acumulação de violência material/física legítima, mas antes, está posta na monopolização da legítima violência simbólica.

A teoria bourdieusiana contrapõem a ideia de Estado como unidade nacional a partir do conceito de campo, fazendo a associação entre a construção do monopólio estatal da violência física e simbólica e a indissociável dinâmica do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas a este monopólio. Nesse sentido, as disputas internas ao campo do poder e do campo político, ou seja, as disputas em torno do controle simbólico do Estado, significam o domínio dos mecanismos de imposição simbólica sobre as práticas sociais enraizadas pelos agentes que estão sob a influência daquele Estado. Através da ideia de “metacampo”, o Estado é descrito como um *lôcus* onde diferentes elites (ou grupos dirigentes), provenientes de diferentes campos sociais, confluem para disputar o controle da principal vantagem vinculada ao monopólio sob o Estado: o acesso às regras e práticas socialmente legítimas de conversões de diversos capitais em capital simbólico de dominação. O Estado deve ser visto então como um campo criador e monopolizador de violência simbólica.

Nesse sentido, o Estado é o produtor e, ao mesmo tempo, produto de um processo dialético formado por, de um lado, os campos relativamente autônomos nos quais as sociedades estão organizadas e, de outro, a emergência de um espaço que concentra os poderes sobre esses últimos e em que as lutas são lutas entre os próprios campos. Portanto, para entender a construção e condução do Estado se faz necessário entender a construção e condução dos campos - mais ou menos autônomos - que o formam, sem deixar de ter em perspec-

tiva que estes também são conduzidos e construídos pelo Estado na forma de metacampo.

Grande parte das pesquisas tradicionalmente vinculadas a produção de conhecimento hegemônico da disciplina de Relações Internacionais rejeita a ideia de que o Estado não é um ator. Contudo, a sociologia de Bourdieu, concebendo o Estado como campo (metacampo), passa a destacar que é importante entender quem atua nele, seus agentes. Por exemplo, é importante entender quais são as elites (ou grupos dirigentes) dominantes e como se configuram essas disputas que estão circunscritas internamente e para além das fronteiras do próprio Estado nacional. A praxiologia bourdieusiana nos convida a pensar o Estado (e todo o mundo social) a partir da noção de relação dialética entre indivíduo e estrutura, ou seja, os Estados se configuram como produtos da relação entre agentes internos e externos aos Estados cuja ação social é de reprodução e, ao mesmo tempo, atualização das estruturas historicamente construídas nas quais estão inseridos. Este Estado, portanto, é o resultado de lutas e disputas historicamente construídas e determinadas, que se atualizam na dinâmica das próprias disputas, e que estão localizadas dentro e, ao mesmo tempo, para além de suas fronteiras. São relações sociais nacionais e também internacionalizadas. Por isso, o Estado não é um ator racional, uma instituição composta por agentes homogêneos e unitários, ou seja, não é uma entidade singular.

Desta forma, a partir da perspectiva bourdieusiana, análises sobre as relações sociais internacionalizadas devem passar necessariamente pela noção de Estado como metacampo, ou seja, pelo estudo dos agentes em disputa pelo monopólio de manipulação dos Estados. Estas disputas não estão limitadas aos agentes que compõem o espaço interno das fronteiras dos Estados, elas são definidas pelas (e ao mesmo tempo definem as) relações sociais internacionalizadas. Assim, entender

estas relações passa pelo estudo da gênese e formação das disputas pelos Estados, isto é, pelas relações historicamente construídas entre os campos políticos e de poder desde, por exemplo, as relações de colonizações e fluxos econômicos mercantis até as ações contemporâneas da mídia internacional, das ONGs, cortes internacionais de justiça, instituições financeiras, etc.

A partir dessa noção de Estado, Adler-Nissen (2011), Bigo (2011) e Leander (2011) concordam sobre os avanços que a utilização da perspectiva teórica bourdieusiana pode trazer às análises sobre Relações Internacionais. Enquanto os neorealistas afirmam que o sistema internacional é anárquico, um olhar bourdieusiano vai dizer que é hierarquizado. Enquanto a Escola Inglesa defende que “Estados párias e Estados falidos” podem ser vistos como fora da sociedade internacional, relegados ao mais abstrato sistema internacional, uma abordagem bourdieusiana argumentaria que processos de exclusão são intrínsecos a sociedades internacionais. Desta forma, a marginalização de alguns Estados, grupos ou indivíduos pode ser explicada pelas mudanças historicamente localizadas de padrões de formas culturais e simbólicas de dominação e de competição por poder e prestígio no espaço das relações sociais internacionalizadas.

Tanto o construtivismo de Alexander Wendt quanto a sociologia de Pierre Bourdieu são exemplos de novos caminhos de produção de conhecimento sobre relações sociais internacionalizadas, ou porque valorizam atores e objetos não tradicionais ou porque sugerem visadas teóricas e metodológicas inovadoras. Apesar de suas diferenças, essas abordagens são semelhantes quando propõem um novo e outro olhar sobre essa temática, principalmente quando colocam na agenda a reabertura do debate sobre a noção de Estado, desafiando a hegemonia das mais tradicionais teorias da disciplina de Relações Internacionais.

3 AGENDAS DE PESQUISA

A partir de um pensamento crítico sobre as abordagens mais tradicionais da disciplina de Relações Internacionais e do próprio conceito de Estado apreendemos que se abre um espaço, desta maneira, para pensarmos que, no jogo internacional, existem atores diversificados e relevantes que, nem sempre, têm sido considerados. É o caso, por exemplo, da mídia internacional e da relevância que esta tem na construção e veiculação de imagens de um país desde que, com advento das tecnologias da informação e comunicação, sedimenta-se uma imprensa e também um público transnacional. Podemos pensar ainda nas organizações não-governamentais que ultrapassam as fronteiras nacionais e desenvolvem relações entre atores internacionais que não necessariamente passam pelo fluxo tradicional das relações entre Estados.

Além disso, consideramos as atuais disputas entre elites internacionalizadas, as “guerras híbridas”, a atuação dos *think tanks* na formação da “nova direita”, como exemplos de que as fronteiras que delimitam as dinâmicas sociais internas e externas de disputas pelo monopólio de controle dos Estados estão em constante transformação, são produtos de processos sociais historicamente construídos e atualizados nas próprias disputas. Desta maneira, a agenda de pesquisa se multiplica e diversifica.

Podemos pensar, portanto em metodologias, objetos e aportes teóricos não tradicionais e contra-hegemônicos para elaborarmos novas abordagens acadêmicas para o fenômeno internacional. Por exemplo, podemos citar trabalhos como os desenvolvidos por Carlotto (2017, 2018). Nesses artigos, a autora pretende através do diálogo das Relações Internacionais com as Ciências Sociais “recuperar e complexificar os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina” (2017, p.9). Dessa forma, ao analisar a atuação dos *think tanks* latino americanos no fortalecimento da direita

na região, a autora mostra que a atuação do “internacional” só pode ser compreendida se forem analisadas também as formas de constituição das elites intelectuais locais.

Na mesma esteira, os trabalhos de Targa (2017a, b) mostram que as relações internacionalizadas dos agentes do campo dos diplomatas brasileiros condicionam esta elite a bem se posicionarem nas disputas pelo Estado. Ao mesmo tempo, os embates internos do campo dos diplomatas só podem ser compreendidos a partir das disputas pelo monopólio de utilização do Estado, o que caracteriza o campo dos diplomatas como um subcampo do campo político. Desta forma, num exercício de sociologia das elites e de sociologia das relações internacionais, o autor mostra a utilização de métodos de pesquisa que analisam relações sociais em âmbito local de maneira não dissociada de relações sociais internacionalizadas.

Outros dois trabalhos importantes são os de Yves Dezalay e Brian Garth (2002) e Johanna Siméant (2015), os quais partem do olhar epistemológico que compreende o Estado como metacampo, ou seja, suas análises levam em conta a noção de que as relações em um espaço social internacionalizado ultrapassam a noção de Estado como “instituição burocrática oficial”. As relações internacionalizadas se dão, antes de tudo, entre campos e espaços sociais em que há a circulação internacional de agentes e, principalmente, de ideias e práticas sociais. Essa circulação segue fluxos de importação e exportação de lógicas de funcionamento desses campos e espaços sociais. Um movimento de trocas simbólicas e de práticas e comportamentos de agentes que é definido segundo hierarquias próprias dos campos e espaços sociais, configurado nas lutas e disputas dos agentes envolvidos.

Logo, o que está em jogo é a disputa pelo monopólio de interferência nos padrões de comportamento, visão e divisão do mundo social internacionalizado. Nesse processo de

fluxo de relações entre campos e espaços sociais que ultrapassam a noção do que vem a ser o “nacional”, o protagonismo é das relações entre agentes e instituições que se legitimam socialmente como “porta-vozes dos Estados”, ou seja, que são embutidos do sentido de “identidade nacional” universalizada e naturalizada nas relações sociais. Contudo, esses são fluxos que não são exclusivos desses agentes detentores do capital estatal, mas, sobretudo, dos que disputam o monopólio desse capital estatal nas “guerras palacianas” (DEZALAY; GARTH, 2002).

Há ainda trabalhos que buscam adentrar o campo pensando objetos não convencionais. É o caso daqueles elaborados por Sales (2016) e Sales e Martins Filho (2018). Nestes, os autores pretendem compreender o impacto da imprensa internacional na formação da imagem do Brasil e a tomam, portanto, como um ator relevante no cenário internacional indo além dos fatores materiais como relevantes no posicionamento dos Estados e pensando que capacidades simbólicas são igualmente relevantes.

Outro exemplo interessante é a dissertação de mestrado *A política externa venezuelana para a integração regional (2004 – 2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana* (FERREIRA, 2016) que busca entender a estratégia de integração regional da política externa venezuelana a partir da teoria social crítica latino-americana. A autora parte do pressuposto que o Estado venezuelano faz uso da diplomacia petroleira condicionado pela dependência estrutural. Leva em conta, portanto, a condição venezuelana de economia dependente e exportadora de petróleo, a partir da sua inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho para compreender a política externa empregada.

Por fim, podemos também pensar em trabalhos como o de Bezerra (2018) que entende que a noção de reconhecimento é fundamental para as Relações Internacionais, pois pode

definir o que é objeto de pesquisa e quem compõem o rol de atores considerados por essa disciplina. O autor propõe debater o reconhecimento nas Relações Internacionais também como um processo de silenciamento e de naturalização de processos como a escravidão.

Desta forma, podemos inferir que existem múltiplas possibilidades de compreensão do fenômeno internacional e das relações sociais internacionalizadas que já estão se desenvolvendo tanto em pesquisas dentro das próprias Relações Internacionais, quanto na Ciência Política e na Sociologia e que estas representam, de alguma forma, a necessidade de pensarmos e adensarmos abordagens inovadoras neste campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões propostas neste artigo partem de inquietações acerca da apreensão de que há limites na produção de conhecimento mais tradicional nas Relações Internacionais. Entendemos ainda que o que diferencia o internacional do nacional são processos bastante complexos construídos historicamente e que dependem do contexto social, político e cultural.

De modo geral, nosso interesse foi compreender o fenômeno internacional através de olhares não tradicionais pensando a proposição e a análise de novas agendas de pesquisa que passem por interpretar objetos e articular metodologias e aportes teóricos não-hegemônicos. Consagradamente, as Relações Internacionais têm como objeto privilegiado as interações entre os Estados, concebidos como “unidades nacionais”. Entretanto, entendemos e procuramos demonstrar que os ambientes internacionalizados podem ser palco de relações sociais e políticas que não têm sido priorizadas pelos trabalhos no campo mais tradicional das Relações Internacionais.

Para isso, depreendemos como necessária

uma rearticulação do conceito de Estado e de como este é aplicado aos estudos das Relações Internacionais a partir de inferências produzidas tanto pelo próprio construtivismo de matriz wendtianiana quanto pela sociologia relacional bourdieusiana.

Isto posto, a agenda de pesquisa se diversifica e foi possível inferir que diversos atores relevantes não têm recebido atenção necessária para se cumprir o objetivo de compreender as complexas relações sociais que formam os ambientes nacionais e internacionais, como pode ser o caso da mídia internacional, das organizações não-governamentais e das elites internacionalizadas. Da mesma forma, abordagens que conciliam as Relações Internacionais e as Ciências Sociais podem dar pistas importantes para a concepção de que essas são esferas relevantes e que exemplificam a ideia de que as fronteiras entre o interno e o externo são complexas e alvos de constante disputa e transformação.

Desta maneira, entendemos que a agenda de pesquisa é múltipla e diversificada e que há espaço para metodologias, objetos e aportes teóricos contra-hegemônicos e não tradicionais e, com isso, é possível pensar na construção de outras e diferentes abordagens para os fenômenos sociais e políticos internacionalizados.

REFERÊNCIAS

- ADLER-NISSEN, R. On a field trip with Bourdieu. **International Political Sociology**, v. 5, n. 3, p. 327-330, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2011.00137.1.x>
- BEZERRA, G. A. de G. **Reconhecendo os Esquecidos: escravidão na dialética do reconhecimento de Hegel e na teoria crítica de Relações Internacionais**. Trabalho apresentado no 42º Encontro da ANPOCS, Caxambu/MG, 2018.
- BIGO, D. Pierre Bourdieu and international relations: Power of practices, practices of power. **International Political Sociology**, v. 5, n. 3, pp. 225-258, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2011.00132.x>
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011.
- _____. **Sobre o Estado: Curso no Collège de France 1989-1992**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- CARLOTTO, M. C. Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, p. 63-91, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149014>
- CARLOTTO, M. C. Relações Internacionais: objeto e fronteira das Ciências Sociais?. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 2, p. 5-15, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.142991>
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. **The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226144276.001.0001>
- FERREIRA, M. D. **A política externa venezuelana para a integração regional (2004 – 2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2016.
- FIGUEIRA, A. R. **Introdução à análise de política externa**. Editora Saraiva, 2000.
- ISUANI, E. A. Três enfoques sobre o conceito de Estado. **Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 1, p. 35-48, 1984.
- LEANDER, A. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. **International political sociology**, v. 5, n. 3, p. 294-313, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2011.00135.x>
- SALES, C. M. R.; MARTINS FILHO, J. R. The Economist and Human Rights Violations in Brazil During the Military Dictatorship.

Contexto Internacional, v. 40, n. 2, p. 203-227, 2018. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400200009>

SALES, C. M. R. **O Brasil na Economist: pensando a influência do perfil político-ideológico da revista na formação da imagem internacional do país**. Tese de Doutorado. Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2016.

SIMÉANT, J. (Org.) **Guide de l'enquête globale en sciences sociales**. Paris: CNRS Editions, 2015.

TARGA, L. G. Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o Estado como metacampo. **Plural**, v. 24, n. 2, p. 65-85, 2017a. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.142994>

_____. **Os diplomatas brasileiros sob a perspectiva relacional: o campo dos diplomatas e o campo político**. Tese de Doutorado. Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2017b.

WALTZ, K. N. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000. <https://doi.org/10.1162/016228800560372>

_____. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. 339 p.

_____. **O homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. xv, 429 p.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (Ed.). **Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1997, p.128-41.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 14 de agosto de 2019.

Avaliado em 29 de agosto de 2019.

Aceito em 29 de agosto de 2019.

Publicado em 02 de outubro de 2019.

Como citar este artigo (ABNT):

SALES, Camila Maria Risso; TARGA, Leandro Garcez. Novas abordagens sobre “o internacional”: teorias, objetos e metodologias. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 21-29, jan./mar. 2019.